



## Actual sistema de financiamento da UE está esgotado

**José Silva Peneda** pediu um debate sem preconceitos sobre os desafios políticos e os **recursos próprios** da União alargada, afirmando que "**o actual sistema está claramente esgotado**".

desenvolvimento na pág. 5



## Mea Culpa !

Não há partido como o PS para dar o dito por não dito. **O que o PS diz na oposição nada tem a ver com o que faz quando é poder.**

Foi também assim com o **Referendo europeu**. No final de 2003 convidámos os agentes políticos a considerar a possibilidade de promover o referendo sobre o Tratado Constitucional europeu **em simultâneo com as eleições europeias**. Fazia todo o sentido, era o mesmo debate.

O PS apressou-se a **recusar fazer coincidir o referendo com qualquer acto eleitoral**. Estava na oposição. Agora é poder e vem propô-lo em simultâneo com as **eleições autárquicas...**

Para que a **pergunta fosse clara** propusemos que se procedesse a uma **revisão constitucional cirúrgica** que tornasse possível referendar uma Convenção Internacional. O PS recusou e foi o principal responsável por uma pergunta absurda que viria a ser ingloriamente "chumbada" pelo Tribunal Constitucional. Estava na oposição.

**Agora o PS é poder e já admite rever a Constituição** para tornar possível o que antes inviabilizou.

Nós somos fiéis ao que sempre defendemos: **É necessário referendar o projecto europeu**. O que o PS agora propõe não é a melhor solução. Mas não seremos nós a inviabilizar o referendo europeu. Votar pela Europa pode ser assim também uma **bofetada de luva branca...**

Carlos Coelho

## Parlamento Europeu debate justiça penal

**Assunção Esteves e Carlos Coelho** reclamam harmonização e melhoria da qualidade da justiça penal

desenvolvimento na pág. 2

## Estratégia de Lisboa

Intervenção de **Vasco Graça Moura** sobre a dimensão cultural e de **José Silva Peneda** sobre a Revisão desta Estratégia

desenvolvimento na pág. 4

## Proibição da pesca de arrasto

**Sérgio Marques e Duarte Freitas** apoiam interdição em torno da Madeira, Açores e Canárias

desenvolvimento na pág. 7



## Parlamento Europeu debate justiça penal

# É urgente harmonizar...

**Assunção Esteves** defendeu que "o tema da qualidade da justiça penal e da harmonização da legislação penal é um **tema nuclear no projecto de justiça global da U.E.**".

Assunção Esteves considerou que "é na justiça penal que mais se dramatiza o debate sobre os direitos humanos, a sua relação recíproca, os seus conflitos, a sua fundação num princípio de dignidade essencial. É assim que a questão penal faz apelo às bases morais da cultura política europeia e torna urgente uma política activa de melhoria da qualidade da justiça penal e de harmonização das legislações dos

Estados-Membros".

Para Assunção Esteves, "a emergência de uma Constituição Europeia, integrando uma Carta de Direitos Fundamentais vinculativa e constituindo um sistema de valores marcado pela unidade e a integração exige uma justiça melhor e a harmonização das legislações penais. É que o direito penal é verdadeiramente direito constitucional material, convoca todos os valores constitucionais fundamentais".

A Deputada social democrata sublinhou que "**a ausência de uma harmonização neste domínio significará o não cumprimento**

**do princípio da igualdade entre os cidadãos, significará afinal, o não cumprimento da Constituição**".

Assunção Esteves defendeu ainda que "o sistema de valores da Constituição Europeia implica também que a harmonização das legislações deve ser transversal a todo o sistema de direito penal. Não deve considerar apenas as vertentes do processo e da execução das penas, deve estender-se às normas substantivas, à política de definição dos crimes e aos critérios de modelação das penas. Deve preocupar-se não apenas com a vertente da



segurança, mas também com a humanização do direito penal.

Se a Europa não abraça este desígnio, acrescentou Assunção Esteves, o sistema de justiça da sua Constituição será afinal, como ironizava Kafka, um sistema de portas abertas em que nunca se entra".

## ...e melhorar os padrões de qualidade

**Carlos Coelho** afirmou que "temos um trabalho comum a fazer para melhorar os **padrões de qualidade e de eficácia da justiça**, sem esquecer que a pedra basilar dos nossos sistemas europeus é a **independência do sistema judicial** e a **protecção dos direitos fundamentais** dos cidadãos".

Num debate sobre a qualidade da Justiça Penal na União Europeia, Carlos Coelho defendeu que "o Direito à Justiça deve ser garantido aos cidadãos europeus, quer pela União (garantindo que tenham um tratamento comparável independentemente do Estado Membro onde se encontrem), quer pelos Estados Membros, de

acordo com as suas respectivas competências. Procurando evitar que as diferenças existentes entre os vários sistemas judiciais nacionais, possam constituir um obstáculo para se alcançar um elevado nível de justiça e protecção no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça".

Para Carlos Coelho "é fundamental que se **reforce a confiança mútua** de modo a permitir o reconhecimento mútuo das decisões judiciais, contribuindo para o desenvolvimento progressivo de uma **cultura judiciária europeia**".

Carlos Coelho defendeu "a adopção de uma **'Carta Europeia de Justiça Penal'** que deverá estar na base da avaliação do funcionamento

dos sistemas judiciais na União. Consequentemente, deverá, ser criado um **mecanismo de avaliação mútua da qualidade da justiça**, objectivo e imparcial, (com uma base de dados estatísticos e comparáveis), que deverá ser posto a funcionar o mais rapidamente possível, e deverá envolver o PE e os Parlamentos nacionais.

Deverão ser, igualmente, tomadas medidas que permitam coordenar iniciativas e rentabilizar sinergias, bem como proporcionar uma maior aproximação em diversas áreas e a criação de normas mínimas, como por exemplo em relação aos direitos mínimos dos arguidos nos Estados Membros e à recolha de provas, entre outros".



Carlos Coelho defendeu ainda o reforço da "iniciativa da Comissão no sentido de se introduzir melhorias técnicas na legislação relativa ao intercâmbio entre os Estados Membros de informações extraídas do registo criminal".

Transferência de Dados Pessoais:

## Carlos Coelho interroga Comissão

Carlos Coelho pediu à Comissão Europeia que responda às perguntas colocadas pelo Parlamento Europeu relativas à transferência de dados sobretudo quanto às "novas regras propostas pelos Estados Unidos que pretendem inserir um chip RFID, não encriptado, nos novos e-passaportes, com todos os **riscos** que abarca **inerentes à privacidade e à segurança dos cidadãos europeus**".

Num debate sobre a protecção de dados pessoais, Carlos Coelho recordou que "há dois anos que o Parlamento tem alertado para a **situação de ilegalidade**

**face à lei comunitária**, gerada pela criação do sistema PNR. Criticámos este sistema pela forma como foi imposto unilateralmente, permitindo um acesso directo dos serviços aduaneiros americanos aos dados das companhias aéreas, e expressámos preocupações sobre a quantidade excessiva e desproporcionada dos dados envolvidos, a sua manutenção, o seu armazenamento, a sua utilização para outros fins e respectiva possibilidade de partilha com outras autoridades".

Salientando que "**não está em causa a necessidade de fomentar a co-**

**operação** ao nível comunitário, e ao nível transatlântico, **para combater eficazmente o terrorismo**", Carlos Coelho reiterou a necessidade "de manter o equilíbrio entre a segurança e a liberdade respeitando os direitos dos nossos cidadãos. Um sistema geral de vigilância de todo e qualquer passageiro, constitui uma clara violação do princípio da proporcionalidade.

Insistimos, acrescentou o Deputado social demo-



crata, que só poderá haver lugar a transferência de dados se o país terceiro em questão puder garantir um **nível de protecção adequado**, ao mesmo tempo que deverá ser, imperativamente, estabelecido um **quadro legal seguro** para a transferência dos dados PNR".

Situação social na União Europeia:

## Silva Peneda critica Relatório

José Silva Peneda criticou um relatório da Deputada comunista Ilda Figueiredo sobre a situação social na Europa por "**distorcer a realidade** de uma forma ostensiva" e por ser "um relatório **desequilibrado**".

Silva Peneda afirmou que o texto do relatório "ênfatiza todos os aspectos negativos, que nós reconhecemos que ainda subsistem, em termos de exclusão social, de desemprego e da existência de manchas de pobreza. Mas, ao mesmo tempo, o texto ignora deliberadamente todos os aspectos referidos pela Comissão, onde esta sublinha os aspectos positivos que também se podem identificar na evolução da situação social na Europa".

O Deputado social democrata defendeu "que o **dinamismo económico, a estabilidade dos preços e a redução de custos não são inimigos, mas sim aliados do desenvolvimento do modelo social europeu**".

Silva Peneda considerou que o texto do relatório "enferma de uma **visão muito redutora da realidade social europeia**, com laivos de demagogia" tendo apontado como sintomático da influência ideológica que enforma o relatório "o facto de, em nenhum momento, ser reconhecida a superioridade provada da economia social de mercado, em relação a modelos de economia planificada".

Silva Peneda criticou ainda o facto do Relatório ignorar toda a complexidade que resulta do fenómeno da globalização, e de omitir propositadamente a afirmação da Comissão que aponta como causa principal dos problemas sociais

em oito dos novos dez Estados Membros, os regimes totalitários que aí vigoraram.

O Plenário do Parlamento Europeu viria, no final, a rejeitar este Relatório.



# Vasco Graça Moura e José Silva Peneda sobre a Estratégia de Lisboa: Dimensão Cultural

**Vasco Graça Moura** considera que o texto do Parlamento Europeu sobre a revisão da Estratégia de Lisboa "reitera uma retórica de princípios gerais já adquiridos exactamente onde seria desejável um esboço articulado de medidas a tomar em concreto. Dir-se-ia que **todos estão de acordo quanto aos objectivos, mas poucos sabem o que fazer para que estes sejam atingidos**".

Graça Moura sublinhou que, "**uma economia baseada no conhecimento supõe, como no texto se diz, uma educação altamente qualificada, mas não se faz ali nenhuma referência ao facto de uma educação altamente qualificada ter de assentar num percurso escolar também de grande qualidade, desde os primeiros anos de escolaridade. Sendo conhecidas deficiências várias nos ensinamentos básico e secundário na maioria dos países, é pena que a recomendação não convide os Estados-Membros a examinarem esse aspecto e a procurarem com urgência uma solução para ele. Este documento aponta para o futuro e o futuro não passa sem essa solução**".

Por outro lado, considera Vasco Graça Moura, "**acentua-se a necessidade de mobilizar a opinião pública europeia de modo a persuadi-la das vantagens da Estratégia de Lisboa e a fazê-la aderir a elas, mas não se diz uma única palavra sobre as políticas da cultura, quer a nível**



européu, quer a nível nacional. **Fala-se em cultura do diálogo mas nem sequer se fala em diálogo das culturas. Ora, a interiorização por parte de cada cidadão europeu, da necessidade e das vantagens da Estratégia de Lisboa, terá de ser, antes de mais, uma atitude cultural. A cultura não é apenas uma dimensão essencial da democracia, é também o quadro que permitirá medir a distância que vai do insucesso ao êxito numa Estratégia como a de Lisboa, sobretudo se se quer preservar o modelo social europeu**".

Para Vasco Graça Moura, "**uma economia baseada no conhecimento implica uma visão do mundo que só a cultura pode proporcionar. Por isso mesmo, é de recomendar ao Conselho, à Comissão e aos Governos um especial e sério empenhamento também financeiro, repito, também financeiro, na prossecução das políticas culturais. Sem elas, a Estratégia de Lisboa continuará a ser pouco mais do que um elenco simpático de boas intenções**".

PSD  
Disse

## Silva Peneda apoia Revisão da Estratégia de Lisboa

**José Silva Peneda** afirmou, em Estrasburgo, que "**com a revisão da 'Estratégia de Lisboa' criam-se as condições prévias imprescindíveis para os Estados-Membros fazerem da Estratégia de Lisboa uma história de sucesso. Hoje em dia, para muitos cidadãos europeus, a Estratégia de Lisboa pode parecer utópica. Também nos anos 80, muito poucos acreditavam no sucesso do Mercado único e da moeda única. Desejo o mesmo sucesso para a Estratégia de Lisboa**".

Para Silva Peneda, "**com base no cenário realista traçado pelo relatório intercalar Wim Kok, a Comissão Europeia decidiu rever os objectivos da Estratégia de Lisboa, tendo redefinido as prioridades fixadas em 2000, com base nas preocupações actuais dos**

**cidadãos europeus: o crescimento e emprego**".

Silva Peneda defendeu que com esta revisão, "**ficam identificados os responsáveis de cada medida, fixam-se prazos concretos e criam-se condições para a avaliação dos progressos. A execução passa agora por um Programa Nacional Único e pela designação de um 'Senhor Lisboa' em cada Estado-Membro, responsável pelo acompanhamento das acções da Estratégia de Lisboa e pela simplificação dos métodos de avaliação**".

O Deputado social democrata sublinhou que "**a Estratégia de Lisboa depende agora da capacidade e do empenho dos Estados-Membros para realizarem reformas estruturais profundas**".



Financiamento da União Europeia

## Silva Peneda quer novo sistema

Falando sobre o financiamento da União alargada, **Silva Peneda** considerou que **"recusar discutir o sistema de financiamento das instituições europeias é meter a cabeça na areia"**.

Advertindo que *"a não ser enfrentado o problema, além de nada se resolver, ir-se-ão acumular tensões o que, inevitavelmente, conduzirá, a prazo, a rupturas indesejáveis"*, concluiu que *"colocar agora na agenda política a discussão sobre a reforma do sistema de financiamento da União Europeia é uma componente essencial da visão de futuro de que a Europa precisa"*.

Silva Peneda lamentou que *"com o actual sistema, o método de análise e discussão, que antecede as decisões financeiras, se reduza a umas quantas contas sobre o deve e*

*haver, Estado a Estado, e quase ao pormenor de linha a linha. Trata-se, a meu ver, de um método que, além de esgotado, não tem nada a ver com o espírito comunitário e acaba por ser humilhante para todos os intervenientes"*. Silva Peneda recordou que *"no seu início, o financiamento da Comunidade Económica Europeia assentava predominantemente em recursos próprios e não em transferências dos seus membros. É preciso voltar*

*a esse tempo e a essa filosofia"*.

Silva Peneda lembrou ainda que embora a Europa tenha já um longo caminho percorrido no que respeita à sua arquitectura política e jurídica, **tem falta de uma arquitectura financeira própria**. *"E esta revela-se essencial para que os desafios do futuro possam ser enfrentados, de acordo com o que está definido na Estratégia de Lisboa"*.



### BREVES

**V. Graça Moura** defende financiamento para

#### Capitais europeias da Cultura

**Vasco Graça Moura** afirmou que *"numa época histórica em que se torna cada vez mais importante que os europeus se conheçam uns aos outros na respectiva diversidade humana e cultural, o programa das capitais europeias da cultura é um instrumento de grande eficácia"*.

Graça Moura defendeu que *"a nova dimensão europeia subsequente ao último alargamento justifica plenamente se considere a designação de duas capitais europeias da cultura por ano. Torna-se todavia necessário, como o PPE já tem tido ocasião de sublinhar, que o financiamento comunitário seja suficiente e adequado"*.

*Capital europeia da cultura é uma designação de grande prestígio. De uma cidade nestas condições não se espera que utilize o financiamento comunitário específico em obras de infra-estruturas ou de requalificação urbana. Espera-se que o financiamento específico contribua, sim, para ajudar a pôr em relevo o seu papel enquanto cidade europeia e foco de irradiação cultural"*.

João de Deus Pinheiro preside a Seminário sobre as negociações

## UE - Turquia

**João de Deus Pinheiro**, na qualidade de 1º Vice-Presidente do Partido Popular Europeu, presidiu a um Seminário onde foram debatidos os **prós e os contras da adesão da Turquia** à União Europeia.

O Deputado social-democrata considerou que *"embora sejam necessárias outras reformas, se afigura desejável e indispensável*

*veicular um sinal claro aos interlocutores institucionais e ao povo turcos para apoiar e reforçar as reformas em curso naquele País"*.

João de Deus Pinheiro afirmou ainda que *"a decisão tomada de abrir oficialmente as negociações de adesão assume máxima importância, não apenas para as aspirações e expectativas legítimas do*



*povo e das instituições turcas, mas também para a Europa do sudeste e para o Médio Oriente, incluindo no que se refere ao papel da UE nesta Região"*.

Reforçar a segurança dos passaportes e Bilhetes de Identidade

## Carlos Coelho defende biométricos

Carlos Coelho afirmou que "vivemos tempos de insegurança. Não vale a pena metermos a cabeça na areia. É irrecusável a necessidade de **reforçarmos a segurança dos nossos cidadãos**. E devemos sempre fazê-lo **sem concessões nas liberdades essenciais** incluindo o direito à privacidade dos dados pessoais".

Carlos Coelho, que apresentou, no Plenário do Parlamento Europeu o seu **Relatório** sobre a proposta de Regulamento que estabelece normas para os dispositivos de segurança e dados biométricos dos passaportes dos cidadãos da União Europeia, sublinhou que "a proposta apresentada resulta de uma abordagem coerente em relação aos identificadores biométricos, que envolve soluções harmonizadas em relação aos documentos de nacionais de

Para Carlos Coelho, "o aumento da segurança nos documentos de viagem e a integração de identificadores biométricos deverão contribuir para o **combate ao terrorismo**, à **imigração ilegal**, e também para o **aumento da segurança** no exercício da liberdade de circulação. A melhor forma de prevenir a utilização de identidades falsas consiste em controlar se a pessoa que apresentou o documento é ou não o seu **legítimo titular**".



Carlos Coelho **recusou** claramente "a criação de uma base de dados

### ...aumento da segurança no exercício da liberdade de circulação...

Carlos Coelho defendeu que "a utilização das novas tecnologias apresentam muitas vantagens ao nível da identificação de indivíduos e de prevenção da falsificação de documentos (temos de lutar contra o chamado 'visa shopping' e contra a usurpação de identidades)", justificando-se plenamente a atenção que o PE dá à protecção de dados.

Para o Deputado social democrata "tem de ser sempre **assegurado um equilíbrio** entre a

**segurança e o respeito dos direitos e liberdades individuais** reconhecidos pelas leis nacionais e comunitárias".

**centralizada**. Os dados biométricos deverão ser exclusivamente armazenados no passaporte. A criação de uma base de dados não é necessária para garantir um nexo mais fiável entre o passaporte e o seu titular, e é demasiado elevado o risco de 'desvirtuação da função', isto é, a utilização de dados para outros fins que não os originalmente previstos".

Carlos Coelho sublinhou ainda que "não podemos correr o risco de nos precipitarmos em soluções excessivamente dispendiosas ou tecnologicamente ultrapassadas que comprometam a confiança dos cidadãos. **Exorto, assim, os Estados Membros a testarem a solução técnica em ambiente real e em larga escala antes da emissão dos passaportes**".

### BREVES

Assunção Esteves, propõe:

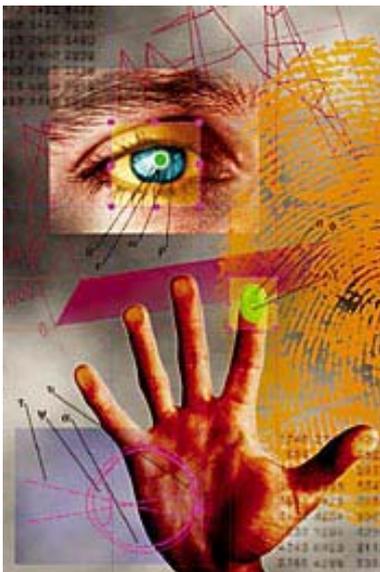
#### Canal Europa

No debate sobre a Constituição Europeia, **Assunção Esteves propôs a criação de um canal de TV** que transmita, a tempo inteiro e para todos os países da União Europeia, **os trabalhos do Parlamento e as sessões públicas do Conselho Europeu**.

A Deputada social-democrata afirmou que, assim, "a comunicação entre as instituições europeias e os cidadãos torna-se mais efectiva e contribui para o êxito desta nova Europa".

Assunção Esteves informou ainda o Plenário que já fez seguir uma carta nesse sentido dirigida ao Presidente do Parlamento Europeu e à Comissária para as Relações Institucionais e Estratégia de Comunicação.

**A Comissária Margot Wallström**, 1ª Vice-Presidente da Comissão Europeia, numa primeira reacção, mostrou-se interessada na iniciativa da Deputada portuguesa sublinhando a sua grande preocupação pela falta de percepção da opinião pública europeia face aos temas comunitários, sensível no aumento da abstenção nas eleições para o PE.



países terceiros, aos passaportes dos cidadãos da UE e aos sistemas VIS e SIS II".

# Proibição do arrasto em torno da Madeira, Açores e Canárias

**Sérgio Marques:**

Sérgio Marques apoiou a proposta da Comissão Europeia no que respeita à **protecção dos recifes de coral de profundidade dos efeitos do arrasto em determinadas zonas do Oceano Atlântico.**

Sérgio Marques saudou a Comissão Europeia "pela apresentação da proposta em causa, pois desta forma a Comissão cumpre a promessa de propor uma alteração às medidas técnicas em vigor na Comunidade no sentido de proibir a pesca com artes de arrasto até, pelo menos, às 200 milhas em redor das regiões ultraperiféricas dos Açores, da Madeira e de Canárias, com o objectivo de **proteger os ecossistemas de algumas**

**zonas mais sensíveis situadas nos 'montes submarinos' fora das 100 milhas".**

O Deputado social democrata salientou que "os habitats de profundidade focados na proposta da Comissão foram até há pouco tempo preservados das actividades de arrasto (utilização de redes de arrasto pelo fundo ou redes rebocadas similares que operam em contacto com o fundo do mar) graças ao regime especial de acesso decorrente das negociações de adesão".

Sérgio Marques felicitou ainda a Comissão Europeia "por ter feito aprovar uma **medida de emergência de protecção temporária**



destes habitats de profundidade com o objectivo de evitar que um vazio legislativo se arrastasse no tempo até ao Parlamento Europeu emitir o seu parecer sobre a proposta da Comissão de alteração ao Regulamento do Conselho n.º 850/98, que agora se discute, e da mesma ser adoptada em Conselho".

## BREVES

### Duarte Freitas Relator dos POSEI

Um dos mais importantes documentos para os Açores e Madeira nesta legislatura será relatado pelo Deputado açoriano do PSD, **Duarte Freitas.**

A proposta de Regulamento "que adopta medidas específicas no domínio agrícola a favor das regiões ultraperiféricas" vem alterar significativamente o regime e a filosofia do **Poseima** (Madeira e Açores) **Poseican** (Canárias) e **Poseidom** (Domínios Franceses do Ultramar).

Integrada nas medidas da União para fazer face aos **handicaps permanentes** das regiões ultraperiféricas e sustentada no actual artigo 299º do Tratado da União, a proposta da Comissão **prevê apoios** para o abastecimento destas regiões e para as suas produções agrícolas.

Duarte Freitas, tem vindo a desenvolver trabalhos para a revisão do Poseima, que incluíram um ciclo de Workshops com especialistas e representantes dos agricultores. Pretende agora continuar o diálogo com o PE, com a Comissão Europeia e com os agentes políticos e económicos da Madeira, dos Açores e das outras Regiões Ultraperiféricas.

**Duarte Freitas:**

Duarte Freitas defendeu a proibição do arrasto em determinadas zonas do oceano Atlântico, para protecção dos recifes de coral de profundidade e o **alargamento desta proibição à utilização às redes de emalhar** de profundidade.

assiste a uma preocupação crescente em relação à manutenção dos recursos haliêuticos e em que se iniciam vários planos de recuperação de zonas devastadas pela sobrepesca, a **pesca sustentada que se pratica nestas**

**zonas deve merecer de todos um incentivo.**

Acréscimo que estamos a falar de áreas onde não existe plataforma continental pelo que existe muita água, mas não muito peixe ou zonas de pesca".

"Esta protecção segundo a proposta da Comissão Europeia abrange 'boxes' em torno da Madeira, Canárias e Açores, arquipélagos ultraperiféricos, onde se tem praticado uma **pesca artesanal ao longo dos séculos** que tem permitido não só a preservação das espécies como a manutenção de importantes comunidades piscatórias".



Para Duarte Freitas, "numa altura em que se

Mercado do Açúcar:

## Duarte Freitas salvaguarda posição portuguesa

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, uma resolução relativa à futura reforma da **Organização Comum de Mercado (OCM) do Açúcar**.



Na opinião de Duarte Freitas, esta proposta de resolução do Parlamento Europeu "*define uma posição que **contraria as intenções da Comissão Europeia que o Parlamento entendeu excessivas, que previam uma quebra drástica dos preços e das quotas do açúcar e que deixava a porta aberta à transferência de quotas entre Estados-Membros, liberalizando um sector que sofre grandes pressões da Organização Mundial do Comércio***".

Duarte Freitas conseguiu ver aprovada uma emenda por si proposta que preconiza que os países com menores quotas não sejam atingidos pela diminuição pois não estão a contribuir para os excedentes. Duarte Freitas sublinha que "*no caso português, tal diminuição poderia levar ao fim da indústria e da cultura beterrabeira em Portugal*".

Para o Deputado social democrata, "*com esta resolução, o Parlamento Europeu tornou clara à Comissão Europeia a sua posição e enviou um sinal no sentido de que seguirá naturalmente com atenção, mas também com grande determinação, as propostas concretas que, nesta matéria, a Comissão irá apresentar, previsivelmente, no próximo mês de Maio*".

## Silva Peneda apoia têxteis



Para José Silva Peneda "*a indústria têxtil da União Europeia depara-se neste momento com uma das mais graves crises de sempre, que afecta tanto os **trabalhadores** fabris, como as **empresas** deste sector, na sua grande maioria **PMEs**. Acresce ainda que o problema está concentrado nalgumas **regiões**, já de si desfavorecidas e que agora ficarão mais vulneráveis*".

Silva Peneda sublinha que "*o actual **desmantelamento das restrições às importações de têxtil** vai contribuir para agravar a situação*". Perante esta situação, Silva Peneda defendeu a adopção de uma série de medidas:

"*Primeiro, agir ao fiscalizar escrupulosamente todas as importações chinesas no mercado comunitário, sem receio de activar a nível internacional as devidas cláusulas de salvaguarda, caso o sistema de vigilância confirme o impacto negativo expectável.*

"*Segundo, agir ao acompanhar o fenómeno das deslocalizações de empresas da indústria têxtil, assim como os casos de falências fraudulentas e de empresas que receberam apoios comunitários antes de encerrarem.*

"*Finalmente, em terceiro lugar, agir ao reforçar a competitividade da indústria europeia do têxtil, através da promoção de mais inovação e novas tecnologias, mais formação profissional contínua, mais apoio e incentivos às **PMEs** que constituem a maioria das empresas activas neste sector*".

## Os Nossos Deputados

### João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail: JPinheiro@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraca@europarl.eu.int

### Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: AEsteves@europarl.eu.int

### José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

JSilvaPeneda@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: DFreitas@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação  
do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: José Luís Fernandes

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa